

ELABORAÇÃO E DETALHAMENTO DA DMPL E DFC DE UMA ENTIDADE EMPRESARIAL

Greice Nara Moreira Sales¹

Ana Cristina Correia²

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Bacharelado em Ciências Contábeis (CTB 0019) – Prática do Módulo V

24/05/2013

RESUMO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é uma demonstração contábil não obrigatória, porém é uma ferramenta muito importante para as entidades que a utilizam, por ser mais completa, pois evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido em um determinado período, revelando assim todo acréscimo ou diminuição ocorridos durante o exercício da entidade, e ajudará também na elaboração de outra demonstração, a demonstração dos fluxos de caixa, que se torna obrigatória para todas as empresas de capital aberto, ou fechado, onde essa demonstração evidencia as alterações ocorridas no saldo do caixa ou seu equivalente, sendo divididos esses fluxos em operacional, financiamentos e investimentos. Pode-se afirmar que essas demonstrações, embora não sejam obrigadas a todas as empresas, é imprescindível gerenciá-las com êxito, e neste trabalho serão evidenciadas a DMPL e a DFC da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA.

Palavras-chave: Evidenciar. Demonstração Contábil. Movimentação. Entidade.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, como um instrumento de informação, evidencia dados úteis para seus usuários, sejam eles internos ou externos. Estes dados são de muita importância para as entidades. Entidades de capital aberto ou companhias fechadas precisam de todo o suporte que a contabilidade disponibilizar para tomada de decisão, devendo estas informações ser exigíveis por lei ou apenas facultativas.

Através das demonstrações contábeis, as entidades podem saber a posição monetária estruturada. Através delas poderá ser feito o confronto dos elementos patrimoniais, e o resultado das operações visando ao conhecimento minucioso de sua posição qualitativa e quantitativa, buscando revelar

fatos anteriores e determinantes para o estado atual. Muitas destas empresas não dão o devido valor a duas demonstrações que não são obrigatórias por lei, mas quem utiliza as suas informações e é possuidor de um bom gestor, consegue seus objetivos. São elas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho foi elaborado segundo a Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07, que regem a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. É fundamental a informação que elas fornecem, e para a sua elaboração deve-se conhecer a lei em que estão enquadradas.

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci. Polo Presencial COSMOS – Manaus. E-mail: moreiragreice@yahoo.com.br

² Tutora externa do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Educacional Leonardo da Vinci. Polo Presencial COSMOS – Manaus. E-mail: criscorreia13@hotmail.com

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará: § 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia. Previsto na Lei nº 6.404/1976, Artigo 186.

3 OBJETIVO

Objetivo Geral: Mostrar como é a elaboração e detalhar como a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa podem auxiliar uma entidade empresarial.

Objetivo Específico:

- Evidenciar que a DMPL e a DFC não são exigidas por lei, mas contêm atributos que as fazem precípuas.
- Mostrar que é fundamental para agentes externos e internos as informações obtidas através da DMPL e DFC, para saberem como está evoluindo o seu investimento.
- Conceituar a DMPL e DFC e explanar de forma objetiva suas vantagens.

4 A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL – é um relatório contábil que tem por objetivo evidenciar as variações ocorridas em todas as contas do patrimônio líquido, representando o fluxo de uma conta para outra, diferentemente da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, que apenas apresenta uma dessas contas.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é exigida por lei, mas é uma demonstração mais completa e abrangente, por nela estarem contidas todas as contas do patrimônio líquido. Assim, a empresa que optar por esta demonstração automaticamente não precisará apresentar

a demonstração de lucro ou prejuízos acumulados, pois a mesma já se encontra embutida.

Para a elaboração e estruturação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é necessário sabermos o que pode ou não causar alterações no patrimônio líquido.

Itens que afetam o total do patrimônio são: acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo do exercício, redução por dividendos, acréscimo por doações ou subvenções para investimentos recebidos, acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures, acréscimo por reavaliação de ativos, apenas quando o resultado for credor, redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por venda, entre outros, ou seja, tudo que faça com que o total do patrimônio cresça ou diminua.

Itens que não afetam o total do patrimônio são: reversões de reservas para a conta de lucros ou prejuízos acumulados, o aumento de capital com a utilização de lucros e reservas, apropriação do lucro líquido do exercício, reduzindo a conta lucros acumulados para a formação de reservas, compensação de prejuízos com reservas, ou seja, houve modificações monetárias de uma conta para outra, mas nenhuma delas alterou o valor total do patrimônio líquido.

Agora, veremos como deverá contar a DMPL. Sua apresentação poderá ser apresentada dividindo-a em linhas que serão as transações e colunas que serão as contas. É preciso apresentar de forma coordenada as movimentações ocorridas durante o exercício social nas contas do patrimônio líquido, como o capital, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucro, ações em tesouraria e lucros ou prejuízos acumulados.

Será utilizada uma coluna para cada conta do patrimônio líquido da entidade empresarial, e todas as transações deverão ser evidenciadas, independente de quantas

sejam. Poderão fazer parte das linhas: o saldo inicial, aumento de capital, gastos com emissões de ações, ações em tesouraria adquiridas, ações em tesourarias vendidas, dividendos, ajustes financeiros, equivalência patrimonial, reservas, total controladores. Nas colunas podem fazer parte: capital social, reserva de ações em tesouraria, reservas, lucro ou prejuízo acumulado e o total.

A lei na qual a DMPL é mencionada (Lei nº 6.404/76), conhecida como Lei das S/A, não padroniza um modelo que as empresas deverão utilizar, portanto segue um exemplo de uma entidade empresarial, em que foram coletados dados para elaboração deste trabalho:

QUADRO 1 – DMPL – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA C.G.C.00.348.003/0001-10								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011								
HISTÓRICO	RESERVAS DE CAPITAL					OUTRAS RES.	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL R\$
	CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	TRANSF. P/ AUMENTO DE CAPITAL	COR. MON. DO ATIVO IMOBILIZADO	CORREÇÃO MONETÁRIA DA DIF. IPC/BTNF		
Saldo Inicial do Exercício	62.000.000,00	11.764.824,00	166.817.832,10	452.620.079,63	100.641.876,35	1.064.883,62	0,00	794.908.495,70
Subvenções e Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência p/ Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	209.608.372,37	0,00	0,00	0,00	209.608.372,37
Prejuízo do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.262.521,66)	(20.262.521,66)
Compensação do Prejuízo	0,00	0,00	(20.262.521,66)	0,00	0,00	0,00	20.262.521,66	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO/2011	62.000.000,00	11.764.824,00	146.555.310,44	662.228.452,00	100.641.876,35	1.064.883,62	0,00	984.255.346,41

FONTE: Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/balanco_patrimonial/demonstracoes-contabeis-2011/>. Acesso em: 20 maio 2013.

5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é uma demonstração não obrigatória a todas as entidades empresariais. A lei que a rege é a mesma da DMPL, conhecida como a Lei das S/A (Lei nº 6.404/76), estabelece

que todas as empresas de capital aberto ou fechado, com seu patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00, não seriam obrigadas a elaborar o DOAR (como era chamado a DFC). Porém, foi em 2007, com a Lei nº 11.638, que a contabilidade brasileira passou a ser convertida para moldes internacionais.

A novidade exigida, a partir desta data, era que empresas de capital aberto ou fechado, com patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 2.000.000,00, ficassem obrigadas a fazer a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

De acordo com a Lei nº 11.638/2007: § 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia a movimentação ocorrida no disponível da empresa num determinado período, detalhando a origem de tudo o que entrou no caixa ou seu equivalente em termos monetários (dinheiro), e tudo o que saiu de recursos do disponível da empresa. Tais dados são de extrema importância para o planejamento da instituição. Através da evidenciação da entrada e saída é possível fazer planejamentos futuros, antecipar ações, dentre outras.

Para elaborar os fluxos de caixa, teremos que saber o que possivelmente pode afetar o caixa. Vejamos: integralização de capital, empréstimos bancários ou financeiros, recebimento de duplicatas a receber, venda de itens do ativo permanente, entre outros. As transações feitas por eles fazem com que aumente o valor do caixa. Já as transações que diminuem o caixa são o pagamento de dividendos aos acionistas, aquisição do item do ativo permanente, compra à vista ou pagamento de credores, entre outros. Por outro lado, existem também transações que não influenciam o caixa, são

elas: depreciação, amortização e exaustão, devedores duvidosos e outros.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa pode ser realizada de forma direta ou indireta. A forma direta é vista como a verdadeira, por demonstrar de forma completa e detalhada todos os recebimentos e também pagamentos referente às transações ocorridas num período de tempo. A forma indireta analisa mais os itens não circulantes e as alterações circulantes, excluindo as disponibilidades. Dessa forma, considera-se como saídas o aumento das contas do ativo circulante e as diminuições do passivo circulante. Assim, o aumento significa diminuição e a diminuição significa o inverso, ou seja, aumento.

Os relatórios dos fluxos de caixa deverão ser divididos em três áreas: atividade operacional, atividade de financiamento e atividade de investimento. Atividades operacionais envolvem todas as atividades relacionadas à produção e entrega de bens, serviços e os eventos que não sejam classificados em investimento e financiamentos, normalmente relacionam-se com transações que aparecem na demonstração de resultado. Poderão ser classificadas como entradas o recebimento de venda à vista ou das duplicatas a receber, também as duplicatas descontadas, o recebimento de juros, recebimento de dividendos; e como saídas o pagamento a fornecedores, pagamento aos governos Federal, Estadual e Municipal, pagamento de juros de despesas financeiras.

Atividades de investimento normalmente estão relacionadas ao

aumento e diminuição dos ativos de longo prazo. Incluem concessão e recebimento de empréstimo, a aquisição e venda de instrumentos financeiros e patrimoniais, aquisição e alienação de imobilizado. Considera-se entrada a venda de imobilizados e outros ativos fixos, recebimento para venda de participações societárias, recebimento para venda de títulos de investimento. Na atividade de investimento considera-se saída desembolso de empréstimo concedido e pagamento para aquisição de títulos de investimento, pagamento para aquisição de títulos patrimoniais, pagamento à vista de imobilizados e de outros ativos fixos.

Atividades de financiamento estão relacionadas com empréstimos a credores e investidores da entidade, a obtenção de recursos dos proprietários e pagamento a eles de retornos sobre seus investimentos, bem como a obtenção de empréstimos junto aos credores, a amortização ou quitação destes. Considera entrada a venda de ações emitidas, empréstimos obtidos no mercado. É considerada saída pagamento de empréstimos obtidos, pagamento de dividendos e resgates de ações da própria empresa. Para exemplificar a demonstração do fluxo de caixa, segue em anexo a DFC da entidade empresarial EMBRAPA.

6 CONCLUSÃO

A contabilidade coleta, processa e transmite informações de cunho empresarial. O resultado do processo são as demonstrações contábeis, que servem para avaliar a situação das entidades empresariais. Neste

trabalho foram destacada a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A ambas cabe ressaltar que, utilizando-se de índices financeiros e comparando períodos, é possível evidenciar o que ocorreu.

Estas demonstrações não eram tão valorizadas pela massa empresarial, pois não havia obrigatoriedade, mas são de suma importância à entidade que visa conhecer os seus pontos fortes e fracos, e a partir daí buscar cada vez mais seus objetivos, uma vez que as demonstrações passam para muitos como apenas fornecedoras de dados, e tenham reconhecimento, passando a ter valor como informação, pois é de rica informação o usuário avaliar a entidade e utilizá-la como suporte para a sua continuidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 3 maio 2013.

EMBRAPA. **Demonstrações Contábeis 2011**. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/balanco_patrimonial/demonstracoes-contabeis-2011/>. Acesso em: 3 maio 2013.

LUNKER, Rogério João. **Contabilidade gerencial**: um enfoque na tomada de decisão. Florianópolis: Editora Visual Books, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

PORTAL DA CONTABILIDADE.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstmutapl.htm>>. Acesso em: 10 de maio, 2013.

DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA C.G.C.00.348.003/0001-10		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010		
ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO/2011 R\$	EXERCÍCIO/2010 R\$
RECEBIMENTOS:	2.090.334.912,18	1.824.365.806,55
Repasse Recobidos	2.043.781.804,07	1.770.343.373,95
Aluguéis, Arrendamentos e Taxas de Ocupação	1.289.328,51	1.254.861,93
Dividendos	-	79.477,63
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.208.412,51	1.126.154,50
Clientes	27.007.938,71	32.253.510,34
Transferências de Convênios	6.827.481,30	5.926.087,94
Outros Recebimentos	3.049.811,38	1.827.009,82
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	2.812.937,04	4.168.436,89
Ressarcimentos de Pessoal Cedido	3.184.781,05	3.786.879,26
Ressarcimentos/Devoluções	1.172.417,61	3.600.014,29
PAGAMENTOS:	(1.897.818.249,25)	(1.612.323.913,90)
Repasse Concedidos	(4.003.138,79)	(2.816.011,38)
Pessoal e Encargos Sociais	(1.534.783.306,74)	(1.269.034.397,18)
Juros da Dívida	(971.875,05)	(1.074.167,62)
Amortização da Dívida	(1.990.491,28)	-
Fornecedores	(356.069.437,39)	(339.399.337,72)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	192.516.662,93	212.041.892,65
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	7.095.009,43	4.968.932,94
Aquisição de Bens Móveis e Imóveis	(221.494.615,86)	(224.155.132,68)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(214.399.606,43)	(219.186.199,74)
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(21.882.943,50)	(7.144.307,09)
SALDO INICIAL - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	50.725.780,38	57.870.087,47
SALDO FINAL - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	28.842.836,88	50.725.780,38


PEDRO ANTÔNIO ARRAES PEREIRA
 Diretor-Presidente
 CPF: 383.135.727-34


VÂNIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI
 Diretora
 CPF: 795.536.167-91


WALDYR STUMPF JUNIOR
 Diretor
 CPF: 133.688.930-68


MÁRCIO ANTÔNIO LOPES
 Diretor
 CPF: 277.340.486-68


JOSÉ JOÃO REIS
 Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
 CPF: 178.674.545-13


SUSY EARLEN BARROS DA PENNA
 Contadora - CRCDF 067472D-2
 CPF: 399.776.381-00

